REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR - *PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA*

Art. 3º-A da Portaria MPS N° 519/2011, de 24/08/2013, alterado pela Portaria MPS N°440, de 09/10/13 e demais legislações posteriores.

ATA Nº 016/2025 – REUNIÃO ORDINÁRIA
Realizada em 15 de dezembro de 2025.

No dia 15 de dezembro de 2025, às 14h:10min, na sede da Paranaguá Previdência, localizada na Av. Gabriel de Lara, nº 1307, na cidade de Paranaguá, estiveram reunidos os membros do comitê de investimentos da Paranaguá Previdência, os Srs. Maurício Coutinho, Luciana Martins Camargo, Alessandro Lenzi da Rocha, Tânia Regina da Silva, Carlos Eduardo Ferla Corrêa, Cláudio Roberto Mariano, Sidnei França dos Santos e também com a presença do presidente da autarquia, Sr. Ali El Kadri.

PAUTAS:

- Leitura da ata do mês anterior; - Apresentação do resultado do mês anterior; - Realocações dos investimentos; - Fundo CARE11 FII; - Fundo Osasco Properties FII; - Política de Investimentos 2026; - Assuntos gerais: I.) Visitas Técnicas.

O Diretor Financeiro, Sidnei França, apresentou a ata referente ao mês anterior, a qual foi aprovada pelos membros presentes sem quaisquer ressalvas. Em seguida, procedeu à apresentação dos resultados consolidados da carteira de investimentos referentes ao mês de novembro de 2025, destacando a rentabilidade parcial positiva estimada em R$ 14.149.643,81 (Quatorze milhões, cento e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos), mencionando que pequenas variações ainda poderiam ocorrer em razão da pendência de envio de alguns extratos. Informou que o acumulado do ano, considerando o período de janeiro a novembro de 2025, totalizou R$ 105.817.135,72 (Cento e cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos), enquanto o patrimônio líquido da Autarquia atingiu R$ 1 .025.771.834,77 (um bilhão, vinte e cinco milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos). Foram apresentados os principais indicadores dos segmentos de renda fixa, renda variável e fundos estruturados, com destaque para a performance positiva do índice Ibovespa no período, que registrou valorização de 6,37%. O Diretor Financeiro exibiu o ranking dos fundos da carteira, ressaltando os dez fundos com melhor desempenho no mês, todos pertencentes ao segmento de renda variável, com rentabilidades compreendidas entre 3,93% e 7,26%. Foi registrado que a meta atuarial anual prevista, de 10,06%, já havia sido superada em 2,66 pontos percentuais, restando ainda o mês de dezembro para a consolidação definitiva do exercício. O Diretor esclareceu aspectos técnicos relacionados aos títulos públicos que realizaram pagamentos de juros e amortizações no período, destacando as oportunidades existentes nesse tipo de ativo diante do cenário de taxas de juros elevadas, deliberando o Comitê que novas aquisições de títulos públicos seriam analisadas para eventual implementação entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026.

Dando continuidade, o diretor financeiro comunicou que, conforme decisão colegiada realizada no mês de outubro, já havia solicitado o desinvestimento do fundo Trígono Flagship Institucional FIC FIA, cujo patrimônio aplicado pela Autarquia estava em aproximadamente R$ 4,7 milhões, e solicitou ao comitê uma definição para análise de outros investimentos para a realocação dos recursos oriundos deste fundo resgatado, bem como para parte dos demais recursos alocados nos fundos de fluxo de caixa. Foram debatidos e analisados como alternativas para a realocação dos investimentos os seguintes fundos: - Tarpon GT Master, CNPJ: 27.389.566/0001-03, cujo histórico apresenta retornos expressivos nos períodos de 12, 36 e 60 meses, com patrimônio líquido superior a R$ 2,5 bilhões e liquidez significativamente superior ao do fundo Trígono; - Plural Dividendos FIF Ações RL, CNPJ: 11.898.280/0001-13, da Genial Investimentos, com estratégias voltadas a ações de empresas listadas na B3 que pagam dividendos. - Az Quest Bayes Sistemático Resp Limitada Fif Ações, CNPJ 37.569.846/0001-57; além dos fundos já existentes na carteira de investimentos da Paranaguá Previdência, considerando os que mais tem se destacado ao

longo do ano e que estejam alinhadas com a estratégia de diversificação da carteira, bem como da permanência dos recursos resgatados, no segmento de Renda Variável.
Na sequência, o Comitê debateu de forma aprofundada a estratégia de alocação em fundos Small Caps, ressaltando-se a necessidade de priorizar fundos que efetivamente possuam carteiras amplas e diversificadas, evitando estruturas do tipo fundo de fundos, que acabam concentrando a exposição em poucos ativos e comprometendo a liquidez. Foi destacado que fundos excessivamente concentrados dificultam o desinvestimento em cenários adversos, pois a liquidação de poucos ativos pode representar parcela significativa do patrimônio do fundo, impactando negativamente os preços. Assim, alinhou-se o entendimento no sentido de buscar fundos Small Caps com maior diversificação, admitindo inclusive a presença pontual de ativos fora do estrito conceito de Small Caps, desde que contribuam para a gestão de risco e liquidez.
Também foi ressaltada a importância da descorrelação entre gestores e estratégias dentro do segmento de renda variável, evitando a concentração de recursos em fundos com comportamentos semelhantes. Ficou registrado que, embora a renda variável seja tratada como um único segmento, existem diversas estratégias internas possíveis, e a diversificação entre elas contribui para um melhor equilíbrio entre risco e retorno da carteira.
O diretor financeiro comentou também sobre o fundo: BB Seleção Fatorial Resp Limitada Fif Cic Ações, CNPJ 07.882.792/0001-14; afirmou que era o único fundo de ações existente na carteira da Pguá Prev, que não vinha entregando resultado consistente, em relação ao seu benchmark. Ressaltou que apesar do fundo estar positivo no ano, em torno de 11%, o resultado estava muito abaixo do índice ibovespa, que já era de 32% no ano, e sugeriu uma análise mais aprofundada pela consultoria de investimentos, a ser apresentada nas próximas reuniões.
Em relação às operações com ETFs, foi registrado que o mês de novembro apresentou menor volume de operações em razão da forte valorização do mercado, enquanto no mês de dezembro novas operações já foram realizadas, com resultados positivos. Diante da experiência acumulada, foi apresentada a proposta de aumento do valor por operação, atualmente fixado em R$ 500.000,00, para R$ 1.000.000,00, considerando a maior maturidade operacional e o melhor conhecimento da estratégia. A proposta ficou de ser debatida e formalmente registrada, com a devida motivação técnica. Também foi ressaltada a importância do envio de informações periódicas ao Comitê, preferencialmente semanais, contendo entradas, saídas e resultados das operações, para fins de acompanhamento e avaliação contínua.
No tocante à estrutura operacional, foram prestados esclarecimentos sobre a utilização dos fundos Banrisul Absoluto e Banrisul Automático, sendo este último empregado como instrumento de fluxo de caixa para viabilizar as operações com ETFs de forma ágil, evitando resgates manuais e reduzindo riscos operacionais. Foi proposta a manutenção de determinado montante no fundo automático, com devolução periódica dos excedentes ao fundo absoluto, mediante mandato conferido pelo Comitê, visando maior eficiência operacional e melhor gestão da liquidez.
Dando continuidade às pautas foi debatido sobre o fundo Brazilian GRaveyard And Death Care – CARE11. Registrou-se que não houve novidades relevantes no período, mantendo-se a posição definida pelo Comitê. Foram esclarecidas dúvidas relacionadas à vinculação da gestão à corretora Master DTVM, e não ao banco, destacando-se a segregação legal das atividades e afastando qualquer exposição direta a instituição bancária específica. Ficou consignado que o fundo permanece sob acompanhamento permanente do Comitê, mediante análise contínua dos informes periódicos e comunicados ao mercado.
Em relação ao fundo Osasco Properties FII, o diretor financeiro apresentou uma planilha de ações tomadas ao longo do ano, ressaltando que o documento serviria para embasar resposta ao TCE/PR, relativa ao Processo nº: 195880/25, Acórdão Nº 2687/25 - Tribunal Pleno. Foram relatadas as providências adotadas nos últimos meses, incluindo assembleias, reuniões com gestores, envio de ofício à Comissão de Valores Mobiliários e interlocução com outros RPPS, tendo sido apresentado quadro-resumo das ações realizadas, destinado ao acompanhamento e eventual prestação de informações aos órgãos de controle. O diretor financeiro relatou que em diálogo com a gestora do RPPS de Santa Luzia/MG, tomou conhecimento de uma ação existente movida pelo RPPS contra o fundo Osasco Properties FII, e que estava aguardando sobre o pedido de compartilhamento do material, que havia feito para a gestora daquele RPPS, e que tão logo o material ou numero do processo fosse informado, iria repassar aos membros do comitê da Pguá Prev.

Dando prosseguimento, o Comitê debateu ajustes na Política de Investimentos da Paranaguá Previdência para o exercício 2026, destacando-se a necessidade de reforçar critérios para desinvestimento de forma motivada, inclusive em situações de risco elevado, ainda que com eventual realização de perdas, bem como a consolidação de critérios para aplicação em fundos com histórico inferior a doze meses, admitindo exceções devidamente justificadas. Também foi discutida a inclusão de dispositivos relativos à forma de contabilização dos ativos, em consonância com normativos e notas técnicas dos órgãos de controle, além do fortalecimento dos critérios de seleção de fundos mediante a elaboração e adoção de roteiro técnico de análise. Foi ainda debatida a possibilidade de validação formal, pelo Comitê, dos credenciamentos de instituições financeiras, mediante apresentação de resumo técnico do processo. Por fim, foi debatido o limite máximo de aplicação por instituição financeira, mantido em 20%, com exceção da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que poderão receber até 50%, considerando limitações operacionais atualmente existentes, permanecendo a regra vigente, sem prejuízo de futuras reavaliações. A redação da política de investimentos foi aprovada pelos membros do comitê de investimentos da autarquia, e conforme exigência legal, seria apresentada aos Conselhos Fiscal e Deliberativo para aprovação.
Nada mais havendo a tratar, às 16h50m foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata.

Presidente:	**Vice-Presidente Titular:**	**Membro Titular:**
Alessandro Lenzi da Rocha CPF: 830.137.849-20 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Luciana Martins Camargo** CPF: 021.892.689-82 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 07/12/2027	**Maurício dos P. Coutinho** CPF: 885.818.709-10 Certificação CP RPPS DIRIG I Validade: 18/12/2028
Membro Titular:	**Membro Titular:**	**Membro Titular:**
Tânia Regina da Silva CPF: 885.840.549-87 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Carlos Eduardo Ferla Corrêa** CPF: 007.830.789-94 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 17/07/2028	**Cláudio Roberto Mariano** CPF: 029.859.389-02 Certificação CP RPPS CODEL I Validade: 15/10/2027
Gestor Financeiro: **Sidnei França dos Santos** CPF: 911.001.949-91 CPA-10 ANBIMA – 14/09/2026 CP RPPS CGINV II - 05/09/2027		

** A ata eletrônica é cópia fiel da ata impressa, que pode ser conferida junto ao Gestor Financeiro do RPPS.*

De Acordo:

_____

Ali El Kadri
Diretor Presidente
Paranaguá Previdência